

O TRABALHO E A RUA

Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80

Ayrton Fausto

Ruben Cervini

Organizadores





FLACSO

SEDE BRASIL 15º aniversário
Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

Conselho Editorial

Alda Judith Alves-Mazzotti

Ayrton Fausto

Arno Vogel

Daniel Jorge Canó

Leopoldo Bartolomé

Luis Antônio Cunha

Marco Antonio da Silva Mello

*(Coordenador do Programa
Editorial)*



“Os artigos deste texto expressam as opiniões dos seus autores e não necessariamente as do UNICEF, da FLACSO e da UNESCO.”

O TRABALHO E A RUA:

Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80

Ayrton Fausto, Ruben Cervini (Org.)

Programação visual e Capa (sobre fotos de Maurício Bacellar): Carlos Clémen

Preparação de Originais: Helder Garmes

Edição de texto: Adma F. Muhana

Revisão: Celso Duarte, Maria de Lourdes de Almeida, Rita de Cássia M. Lopes

Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

O Trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. — 2. ed. — São Paulo: Cortez, 1996.

Textos selecionados de estudos e pesquisas apoiados pela UNICEF, FLACSO.

ISBN 85-249-0305-8 (Cortez) ISBN 85-85140-02-X (FLACSO do Brasil)

1. Adolescentes - Brasil - Condições sociais 2. Brasil - Política social 3. Crianças - Brasil - Condições sociais 4. Menores - Trabalho - Brasil 5. Menores abandonados - Brasil I. UNICEF. II. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. III. UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. IV. Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80.

91-2545

CDD-362.70981

331.310981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Adolescentes: Problemas sociais 362.70981
2. Brasil: Crianças: Problemas sociais 362.70981
3. Brasil: Meninos de rua: Problemas sociais 362.70981
4. Brasil: Menores: Trabalho: Economia 331.310981
5. Trabalho infantil e juvenil: Economia 331.310981

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa dos editores

© 1991 by UNICEF/FLACSO/UNESCO

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Bartira, 387 — Tel.: (011) 864-0111

05009-000 — São Paulo — SP

Impresso no Brasil — 1996

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão.”

Constituição da República Federativa do Brasil, Art. 227, 5.10.1988

Sumário

Prefácio	9
Introdução	15

Capítulo 1

O menino trabalhador no Brasil urbano dos anos 80.....	17
--	----

Ruben Cervini, Freda Burger

Capítulo 2

Pobreza, cor e trabalho infanto-juvenil.	47
---	----

I. As conseqüências da pobreza sobre a infância e a adolescência	48
--	----

*Ricardo Paes de Barros,
Rosane S. Pinto de Mendonça*

II. Conseqüências de longo prazo do trabalho precoce.....	56
---	----

Ricardo Paes de Barros, Eleonora Cruz Santos

III. O papel da cor na inserção do menor no mercado de trabalho metropolitano brasileiro.....	62
---	----

Ricardo Paes de Barros, Eleonora Cruz Santos

Capítulo 3

«Menores» institucionalizados e meninos de rua: os grandes temas de pesquisas na década de 80	69
---	----

Irene Rizzini, Irma Rizzini

Capítulo 4

Crianças de rua: um estudo das suas características demográficas	91
--	----

Eduardo Juárez

Capítulo 5

Meninos de rua e meninos na rua:
estrutura e dinâmica familiar117

Alda Judith Alves-Mazzotti

Capítulo 6

Da casa à rua: a cidade como
fascínio e descaminho133

Arno Vogel, Marco Antonio da Silva Mello

Capítulo 7

A família contra a rua: uma análise
psicossociológica da dinâmica familiar em
condições de pobreza151

Wilson Moura

Capítulo 8

A montanha e a pedra: os limites da política
social brasileira e
os problemas de infância e de juventude195

Vilmar Faria

Anexo estatístico

O menino trabalhador no Brasil
urbano dos anos 80227

*Ruben Cervini, Freda Burger,
Lucilene Dias Cordeiro*

II. Conseqüências de longo prazo do trabalho precoce

Ricardo Paes de Barros (IPEA)

Eleonora Cruz Santos (IPEA)

1. A lacuna

O trabalho precoce¹ tem sido apontado, e portanto combatido, como sendo um dos mecanismos de transmissão intergeracional da pobreza. Argumentos nesse sentido baseiam-se, necessariamente, em duas relações causais: primeiro, é necessário que a pobreza familiar seja uma das *causas* da entrada precoce de menores no mercado de trabalho; segundo, é necessário que a entrada precoce no mercado de trabalho seja uma das *causas* da pobreza futura desses menores.

Com respeito à primeira relação já existe hoje no Brasil um grande número de trabalhos² que, quer com base nos Censos demográficos, quer com base nas PNADs, claramente evidenciam uma associação inversa entre recursos familiares e participação dos menores no mercado de trabalho.

Relativo à segunda relação causal, em contraposição à primeira, não parece existir nenhuma evidência direta de que o trabalho precoce induza a menores rendimentos no futuro. Toda evidência existente nesse caso é indireta. De fato, encontra-se bem documentado que o trabalho precoce está inversamente associado à freqüência escolar³ e que a escolaridade e a renda estão estreitamente relacionadas.

Essa evidência, no entanto, é incompleta, por duas razões: em primeiro lugar, a evidência de uma associação inversa entre trabalho precoce e freqüência à escola só é relevante na medida em que o primeiro (trabalho precoce) causa o segundo (freqüência à escola), o que não é necessariamente verdade. Pode ocorrer que o sentido da causalidade seja o inverso: famílias pobres, talvez por terem acesso apenas a escolas de baixa qualidade, optam por não enviarem seus filhos à escola, e entram precocemente no mercado de trabalho. Nesse caso não há ganhos futuros em retardar a entrada no mercado de trabalho, dado que a escolarização foi interrompida de forma independente.

Em segundo lugar, a relação inversa que tem sido observada é entre trabalho e freqüência à escola, em um ponto no tempo. Não há evidência de uma relação inversa entre o trabalho precoce e o grau de escolaridade finalmente atingido. É possível que, apesar de trabalho e estudo serem atividades incompatíveis de ser executadas simultaneamente, trabalhar hoje pode ser um importante determinante de estudar amanhã, quer devido à renda adquirida, que pode servir para pagar os custos da educação, quer devido à maior percepção da relevância da educação que o trabalho pode gerar. Em suma, é possível que trabalho e estudo sejam atividades incompatíveis, porém complementares, intertemporalmente. Nesse caso, a relação entre essas duas atividades, em um ponto no tempo, pode ser extremamente enganosa da verdadeira relação entre essas atividades, ao longo do ciclo de vida das pessoas.

Assim, o aprofundamento da visão do trabalho precoce como um dos mecanismos de transmissão intergeracional da pobreza requer que as conseqüências do trabalho precoce, tanto sobre o rendimento em idade adulta quanto sobre o grau de escolaridade finalmente atingido sejam investigadas diretamente.

Ao estudarmos as conseqüências do trabalho precoce é fundamental termos em mente que essas conseqüências podem ser bastante diferenciadas segundo o nível dos recursos domésticos. Sempre que esse for o caso devemos ter em mente que a relação importante para se caracterizar o trabalho precoce como um mecanismo de transmissão intergeracional da pobreza é a relação válida para a família pobre, e não a relação válida para a família com recursos médios ou medianos. É possível que, exatamente por terem boas oportunidades de estudo e de emprego futuro, o trabalho precoce tenha sérias conseqüências para crianças em famílias não-pobres, mas que as conseqüências do trabalho precoce sobre crianças pobres sejam irrisórias, dada a ausência de oportunidades de boas escolas e empregos futuros. Cumpre lembrarmos que, se esse for o caso, então o trabalho precoce não é um dos mecanismos de transmissão intergeracional da pobreza.

2. Objetivos

O objetivo deste trabalho é preencher essa "lacuna", com base em informações provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD — relativa ao ano de 1982. A PNAD-1982 é particularmente útil, pois contém informações retrospectivas, para cada adulto integrante da força de trabalho, sobre a idade em que começou a trabalhar, bem como o nível educacional de seus pais. O universo da análise foi restrito aos homens ocupados com idade entre 35 e 45 anos, residentes em alguma das dez (10) regiões metropolitanas investigadas

1. Neste estudo considera-se trabalho precoce como a participação de pessoas com menos de 17 anos no mercado de trabalho.

2. Ver, por exemplo, IPEA/UNICEF (1990), IBGE/UNICEF (1988, 1989a, 1989b, 1990), Zylberstajn *et alli* (1985), Calsing *et alli* (1985), Barros & Mendonça (1990a e 1990b).

3. Ver, por exemplo, IPEA/UNICEF (1990), IBGE/UNICEF (1988, 1989a, 1989b, 1990), Zylberstajn *et alli* (1985), Calsing *et alli* (1985).

pela PNAD⁴. A amostra da PNAD-82 relativa a esse universo é de cerca de 10 mil observações⁵.

Com base nessa amostra investigamos quatro tópicos inter-relacionados. Primeiro, estimamos, com base nas informações usadas no âmbito desse trabalho, um indicador da magnitude da transmissão intergeracional da pobreza. Isso foi realizado estimando-se a relação entre o rendimento do trabalho⁶ e (a) a escolaridade atingida por um indivíduo⁷ e (b) o nível educacional de seu pai. Usamos como indicador da escolaridade atingida por um grupo de indivíduos a proporção desses que completaram ao menos uma série do secundário.

Em segundo lugar, procuramos obter evidências diretas de que o trabalho precoce tem, de fato, efeitos deletérios de longo prazo. Das duas “condições causais” necessárias para a caracterização do trabalho precoce como um dos veículos de transmissão intergeracional da pobreza, essa é a menos estudada, e, portanto, o foco central desse trabalho. Especificamente, estimamos as relações entre a idade em que o indivíduo começou a trabalhar e (a) o rendimento em idade adulta e (b) a escolaridade finalmente atingida. Cada uma dessas duas relações foi estimada, primeiro, sem controle e, depois, controlando-se pela (a) educação do pai, pela (b) idade e (c) região atual de residência do indivíduo. Estimamos também essas duas relações restringindo-se o universo de análise àqueles indivíduos cujos pais não possuíam nenhuma escolaridade. O objetivo é obter indicações *diretas* sobre em que medida as conseqüências de longo prazo do trabalho precoce são diferenciadas de acordo com a educação dos pais. É importante lembrar que uma condição necessária para que o trabalho precoce seja um mecanismo de transmissão da pobreza é que ele tenha conseqüências de longo prazo, não sobre as crianças em geral, mas sim sobre crianças nascidas em domicílios *pobres*.

Em terceiro lugar, investigamos a outra condição necessária para que o trabalho precoce seja um dos veículos da transmissão intergeracional da pobreza. Isto é, estimamos em que medida o nível educacional do pai e, portanto, o nível de renda familiar, de fato influencia a idade em que os indivíduos começaram a trabalhar. Essa parte nos dá uma estimativa da relação, já bastante investigada, entre pobreza e trabalho precoce, com base em quesitos retrospectivos, que é uma perspectiva nunca antes utilizada para estimar essa relação.

Finalmente, com base nas duas últimas análises, estimamos qual a contribuição do trabalho precoce à transmissão intergeracional da pobreza. Em síntese, essa estimativa baseia-se em simular “em quanto o diferencial de renda entre indivíduos cujos pais tinham níveis educacionais distintos seria reduzido se a propensão ao trabalho precoce fosse igual para todos, e não maior entre aqueles cujos pais são menos escolarizados”.

4. As regiões metropolitanas são: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

5. O número exato dessa amostra é de 11.772 observações. Esse total se reduz a 9.662 quando observações com informações incompletas são eliminadas da amostra.

6. Considerou-se o rendimento em todos os trabalhos que o indivíduo tivesse na época da pesquisa.

7. O indivíduo é considerado como o homem que começou a trabalhar na menoridade e está situado, hoje, no grupo etário de 35 a 45 anos de idade.

3. Resultados

3.1 Transmissão da pobreza:

Os resultados apresentados no Gráfico 1⁸ indicam um elevado grau de transmissão intergeracional da pobreza. Indivíduos cujos pais tinham o ensino elementar completo têm um nível médio de rendimento cerca de 4 vezes superior àqueles cujos pais eram analfabetos.

Quanto à escolaridade⁹, tem-se que a probabilidade de ingresso no segundo ciclo (ensino secundário) é cerca de 60 pontos percentuais maior entre indivíduos cujos pais completam pelo menos o ciclo elementar (primeiro ciclo) do que entre aqueles cujos pais eram analfabetos.

3.2. Conseqüências do trabalho precoce:

Os Gráficos 1, 2¹⁰ e 3¹¹ confirmam a crença generalizada de que o trabalho precoce tem efeitos deletérios sérios, de longo prazo, tanto sobre o nível dos rendimentos quanto sobre a escolaridade finalmente atingida em idade adulta. A magnitude desses efeitos é atenuada quando são incluídos controles para educação do pai, idade atual e região de residência, muito embora os efeitos ainda se mostrem significativos; é importante ressaltar que, de toda a forma, os efeitos permanecem significativos.

No entanto, a Tabela A-2 e os Gráficos 2 e 3 indicam que esses efeitos, embora importantes para os menores em geral, são bastante reduzidos se limitarmos a análise àqueles indivíduos cujos pais eram analfabetos. Esse resultado indica que, apesar do trabalho precoce ter, em geral, importantes conseqüências de longo prazo, essas conseqüências parecem não estar presentes entre os pobres e, portanto, *não corroboram a noção de que o trabalho do menor seja um veículo de transmissão intergeracional da pobreza*.

8. No Gráfico 1, (a) o rendimento do trabalho inclui o rendimento em todos os trabalhos e está medido em múltiplos de salário-mínimo; (b) a escolaridade é medida pela probabilidade de se ter completado pelo menos uma série do ensino secundário; e, (c) as variáveis de controle são a idade atual e a região de residência.

9. Lembre-se que a escolaridade é medida pela probabilidade de se ter completado pelo menos uma série do ensino secundário.

10. Os valores apresentados no Gráfico 2 representam a variação percentual do rendimento no trabalho de cada grupo etário em relação ao rendimento do grupo etário de adultos entre 35 e 45 anos que começaram a trabalhar entre 5 e 7 anos (fonte: Tabela A-2).

11. Os valores apresentados no Gráfico 3 referem-se à diferença entre o grau de escolaridade dos grupos etários subseqüentes ao primeiro grupo etário, e este grupo (homens que começaram a trabalhar entre os 5 e os 7 anos e hoje encontram-se no grupo etário entre 35 e 45 anos (ver Tabela A-2).

Gráfico 1

Rendimento no trabalho e escolaridade, homens 30-35 anos segundo nível educacional do pai. Brasil - 1982

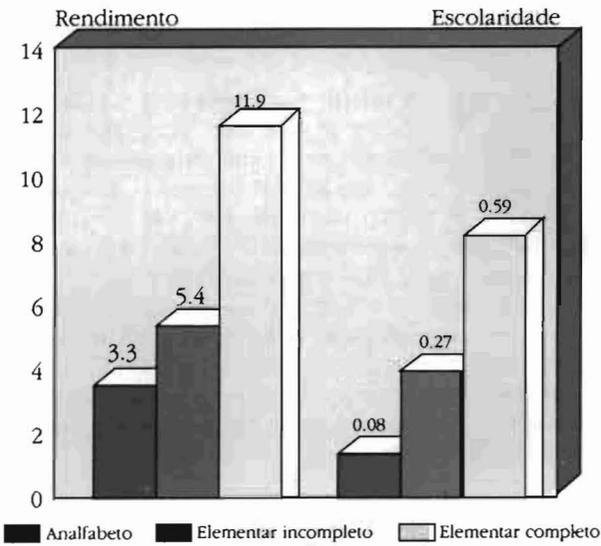


Gráfico 2

Conseqüência do trabalho precoce sobre a renda

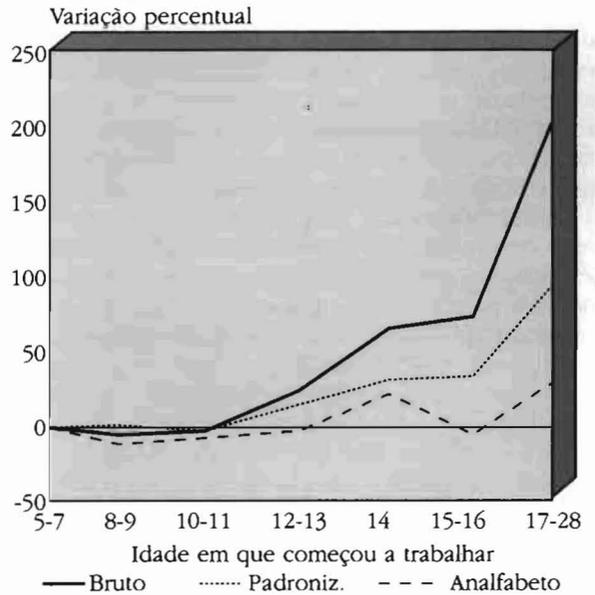


Gráfico 3

Conseqüência do trabalho precoce sobre a probabilidade de completar o elementar

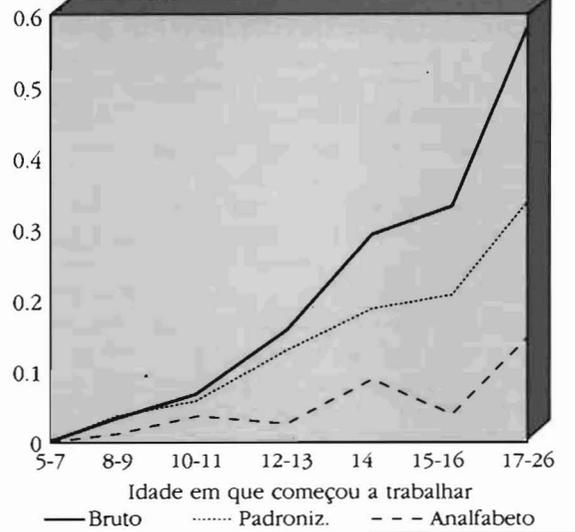
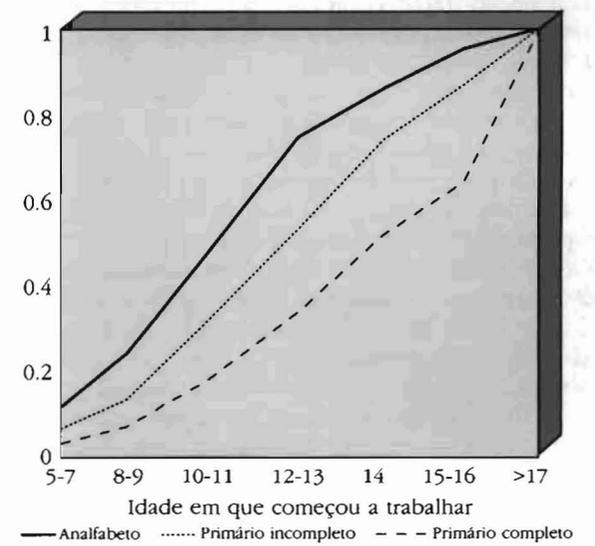


Gráfico 4

Distribuição acumulada: idade em que começaram a trabalhar, segundo a educação do pai



3.3. Educação dos pais e o trabalho precoce:

O Gráfico 4 demonstra que, de fato, existe uma relação extremamente forte entre a idade em que o indivíduo começa a trabalhar e o nível educacional de seu pai. Por exemplo, a proporção de menores que começaram a trabalhar aos 14 anos, ou antes, é de 35 pontos percentuais mais elevada entre aqueles cujos pais eram analfabetos, do que entre aqueles cujos pais tinham ao menos o primário completo.

3.4. Contribuição do trabalho precoce à transmissão intergeracional da pobreza:

Nas duas seções acima (3.2 e 3.3), encontram-se dois resultados importantes. Por um lado, fica mais uma vez demonstrado que o trabalho precoce é, de fato, uma consequência da pobreza familiar (associada à baixa escolaridade do pai); por outro lado, não foram obtidas evidências de que o trabalho precoce tenha consequência para menores cujos pais são analfabetos. Dessa forma, o ciclo de pobreza não se fecha via o trabalho precoce. Em outras palavras, o trabalho precoce não fica caracterizado como um dos veículos, e portanto muito menos como o veículo, para a transmissão intergeracional da pobreza.

Nesta seção, procuramos sumarizar essa característica não transmissora da pobreza via trabalho precoce. Com esse objetivo, simulamos qual teria sido o nível de rendimento dos indivíduos cujos pais são analfabetos, caso o padrão etário com que os indivíduos entram no mercado de trabalho fosse aquele correspondente a indivíduos cujos pais possuem maior escolaridade. Caso o trabalho precoce fosse a causa da pobreza dos indivíduos cujos pais são analfabetos (caso esse em que o trabalho precoce seria um dos veículos da transmissão intergeracional da pobreza), então, ao atribuímos a esses indivíduos o mesmo padrão etário de entrada no mercado de trabalho daqueles indivíduos cujos pais têm maior escolaridade, grande parte da pobreza dos indivíduos cujos pais são analfabetos deveria ser eliminada.

A parcela da pobreza que é eliminada via essa simulação contra-factual é, portanto, uma medida da contribuição do trabalho precoce à transmissão intergeracional da pobreza. Se o trabalho precoce, de fato, não representa um veículo do processo de transmissão da pobreza, então essa parcela deve ser insignificante.

Os resultados obtidos ratificam inteiramente esta última observação; eles indicam que o trabalho precoce explica apenas 9,8% da diferença de rendimentos entre filhos de analfabetos e filhos de pais que tinham o primário incompleto. Quanto à diferença de rendimentos entre indivíduos cujos pais eram analfabetos e aqueles cujos pais tinham ao menos o primário completo, o trabalho precoce consegue explicar somente

5,5%. Em suma, cerca de 90 a 95 % da transmissão intergeracional da pobreza não pode ser explicada com base no trabalho precoce.

4. Conclusões

Dos resultados obtidos nas seções 3.1 a 3.4, alguns merecem ser sumarizados e enfatizados à guisa de conclusão. Em primeiro lugar, constatou-se que, de fato, há um elevado grau de transmissão intergeracional da pobreza, uma vez que estimamos a relação entre o rendimento do trabalho e (a) a escolaridade finalmente atingida pelo indivíduo e (b) o nível educacional de seu pai. A magnitude dessa transmissão é elevada tanto para o rendimento do trabalho quanto para a escolaridade atingida, sem que controles para a educação do pai sejam incluídos. Obtivemos também evidência de que quanto menor o grau de escolaridade do pai, maior é a probabilidade de o indivíduo começar a trabalhar precocemente. Isso corrobora com a primeira conclusão extraída dessa análise.

Em segundo lugar, quando controles para a educação do pai, além dos anteriormente adotados (região de residência e idade atual), são incluídos, a magnitude da transmissão intergeracional da pobreza ainda se mantém significativa. No entanto, ao limitarmos nossa análise àqueles indivíduos cujos pais não tinham nenhum grau de instrução (analfabetos) e mantermos as mesmas variáveis de controle (educação do pai, região de residência e idade atual), os efeitos do trabalho precoce sobre o nível de rendimentos e grau de escolaridade finalmente atingidos são pouco significativos. E, como bastante frisado anteriormente, o que se torna imprescindível para que o trabalho precoce seja caracterizado como um transmissor intergeracional de pobreza é que ele afete crianças residentes em domicílios pobres. O que pretendemos enfatizar com isso é simplesmente que, dada a ausência de boas oportunidades de estudo e trabalho futuro para crianças residentes em domicílios pobres, seria extremamente enganoso imaginarmos que o trabalho precoce teria sérias consequências de longo prazo, o que podemos constatar com esta última conclusão (ver Tabela A-2).

Por fim, para salientarmos esta última conclusão, qual seja, de que o trabalho precoce não é o veículo de transmissão intergeracional da pobreza, fizemos simulações para indivíduos cujos pais são analfabetos, de qual seria o rendimento dos mesmos (indivíduos) caso o padrão etário de entrada no mercado de trabalho correspondesse àquele cujos pais possuem maior escolaridade. O resultado corrobora com a hipótese de que a parcela da pobreza atribuída ao trabalho precoce é insignificante, denotando que o trabalho precoce não explica quase nada do diferencial de rendimentos auferidos pelos indivíduos cujos pais não tinham nenhum grau de instrução e (a) os pais que tinham primário incompleto e (b) primário completo.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA REIS, J.G. & BARROS, R. P. (1991). Wage inequality and the distribution of education: a study of the evolution of regional differences in inequality in metropolitan Brazil. *Journal of development economics*; 36.
- BARROS, R.P. & MENDONÇA, R.S.P. (1990). Determinantes da participação de menores na força de trabalho. *Texto para discussão interna*, nº 200. Rio de Janeiro: IPEA-RJ.
- BARROS, R.P. & MENDONÇA, R.S.P. (1990). Infância e adolescência no Brasil: as conseqüências da pobreza diferenciadas por gênero, faixa etária e região de residência. *Texto para discussão interna*, nº 202. Rio de Janeiro: IPEA-RJ.
- CALSING, E.F., SCHMIDT, B.V. & COSTA, R.A. (1986). *O menor e a pobreza*. Brasília: IPLAN/IPEA — UNICEF-SUDENE. Série Instrumentos para a ação, 5.
- CASTELLO BRANCO, R. (1979). *Crescimento acelerado e o mercado de trabalho; a experiência brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- IBGE/UNICEF (1988). *Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil: sistema de acompanhamento da situação sócio-econômica de crianças e adolescentes — 1981-1983-1986*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE/UNICEF (1989). *Crianças e adolescentes: indicadores sociais*, vol. 1. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE/UNICEF (1990). *Crianças e adolescentes: indicadores sociais*, vol. 2. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE/UNICEF (1991). *Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil: a situação do menor — 1985*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IPEA/UNICEF (1990). *A Criança no Brasil: o que fazer?* Brasília: IPEA/IPLAN. Série Acompanhamento de políticas públicas, 23.
- LANGONI, D.G. (1973). *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.
- LEVISON, D. & LAM, D. (1990). *Declining inequality in schooling in Brazil and its effects on inequality, in earnings*. Economic Growth Center, Discussion Paper nº 618, Yale University.
- MEDEIROS, J. (1982). Alcance e limitações da teoria do capital humano: diferenças de ganhos no Brasil em 1973. *Ensaio Econômico* nº 17. São Paulo: IPE/USP.
- SENNA, J. (1976). Escolaridade, experiência no trabalho e salários no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, 30, (2).
- ZYLBERSTAJN, H., PAGOTTO, C.S & PASTORE, J. (1985). *A mulher e o menor na força de trabalho*. São Paulo: Nobel. Ministério do Trabalho.

Anexo 1

Tabela A-2

**Rendimento de trabalho¹ e escolaridade² dos homens entre 35 e 45 anos:
total e daqueles cujos pais eram analfabetos,
segundo a idade em que começaram a trabalhar
Brasil – 1982**

5 a 7	5,1	4,5	0,19	0,12	3,1	3,3	0,04	0,04
8 a 9	5,1	4,3	0,22	0,15	2,9	3,0	0,04	0,05
10 a 11	4,8	4,4	0,23	0,18	3,0	3,0	0,07	0,07
12 a 13	5,7	5,3	0,31	0,27	3,2	3,1	0,07	0,07
14	5,9	7,3	0,38	0,42	4,1	4,1	0,12	0,13
15 a 16	7,0	7,5	0,40	0,45	3,2	3,2	0,08	0,08
17 ⁵	10,4	13,2	0,53	0,70	4,4	4,3	0,19	0,21

Notas: 1. O rendimento no trabalho inclui o rendimento em todos os trabalhos e está medido em múltiplos do salário-mínimo.

2. A escolaridade é medida pela probabilidade de se ter completado pelo menos uma série do ensino secundário.

3. As variáveis de controle são idade atual, região de residência e nível educacional do pai.

4. As variáveis de controle são idade atual e região de residência.

5. Indivíduos que entraram no mercado de trabalho após os 26 anos foram eliminados da amostra.